

USO E ABUSO DE PODER

a) Excesso de competência (ou de poder)

Excesso de poder que é a situação que o agente público vai agir além/ fora das suas competências, tem um vício de competência, é sanável.

b) Desvio de finalidade (ou de poder)

Desvio de Poder (de finalidade) possui fim diverso do interesse público/ da lei, possui vício de finalidade, é insanável

Ementa: INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. NULIDADE. MOTIVO E FINALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO ATINGIDOS. DESVIO DE PODER CONFIGURADO. O que se verifica é que, ao lavrar os AIT's, o agente policial não teve como intuito punir o autor por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro , mas sim puni-lo pela agressão que sofreu minutos antes, a evidenciar que o agente de trânsito atuou com desvio de poder, eis que se serviu de um ato para satisfazer finalidade alheia à natureza do ato utilizado. RF-4 – APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO APELREEX 3936 RS 2006.71.14.003936-9 (TRF-4)

c) Omissão - *inexiste atuação estatal quando, por imposição legal, deveria existir.*

Ementa: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RENOVAÇÃO DE ALVARÁ. SILÊNCIO DO AGRAVADO ANTE O PLEITO ADMINISTRATIVO E O PROCESSO JUDICIAL. OMISSÃO CARACTERIZADORA DO ABUSO DE PODER. A LEI FIXA PRAZO PARA QUE A ADMINISTRAÇÃO SE MANIFESTE QUANDO PROVOCADA PARA LIBERAÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, INCLUSIVE PARA ATIVIDADE COMERCIAL. EMBORA SEJA ATO ADMINISTRATIVO UNILATERAL E DISCRICIONÁRIO, NÃO É LÍCITO AO ADMINISTRADOR AGIR COM ABUSO DE PODER, DEIXANDO DE SE MANIFESTAR NO PRAZO LEGAL, O QUE CONDUZ À CONCLUSÃO DE QUE INEXISTE QUALQUER ÓBICE AO PLEITO FORMULADO. TJ-DF - AGRAVO DE INSTRUMENTO AI 20020020035013 DF (TJDF)

(VUNESP 2023/ANALISTA DE RECURSO HUMANOS) Ariadne e Afrodite são agentes da administração pública. A primeira atuou fora dos limites de sua competência, e a segunda, embora dentro de sua competência, praticou ato que se afastou do interesse público. Segundo a doutrina que trata dos poderes e deveres do administrador público, é correto afirmar que as referidas agentes incidiram, respectivamente, em

- a) excesso de poder e desvio de poder.
- b) desvio de finalidade e abuso de poder
- c) abuso de competência e desvio de competência.
- d) excesso de competência e desvio de autoridade.
- e) excesso de autoridade e abuso de finalidade.

Acerca dos poderes da administração pública, julgue o item seguinte.
(CESPE 2025/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO) A invalidação da conduta administrativa que incorre em excesso de poder deve ocorrer, necessariamente, em âmbito judicial.

Julgue o seguinte item, acerca de atos administrativos, poderes administrativos e agentes públicos.

(CESPE 2025/TRT 10ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO) O excesso de poder e o desvio de poder são espécies de abuso de poder que se diferenciam porque, no primeiro, a atuação do agente público é eivada de vício de competência, enquanto, no segundo, há vício de finalidade.

No que se refere ao poder regulamentar e ao uso e abuso de poder, julgue o item a seguir.

(QUADRIX 2025/CFO/ANALISTA) O exercício das prerrogativas públicas dentro dos limites legais não pode ser considerado abuso de poder, pois, para sua caracterização, exige-se que o agente aja comissivamente, extrapolando os limites impostos pela lei.

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue o próximo item, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

(CESPE 2024/TSE/ANAALISTA JUDICIÁRIO) O abuso de poder pode decorrer tanto de condutas comissivas quanto de condutas omissivas da administração e, em ambos os casos, a ilicitude atinge o ato administrativo.

(FGV 2024/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS) Observe as duas situações a seguir, em que servidores públicos praticam atos administrativos.

I. O agente público João, analista de políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (SEPLAG) do Município de Niterói, no exercício da função, atua fora dos limites de sua competência.

II. A agente pública Maria, Auditora Municipal de Controle Interno (AMCI) da Controladoria Geral do Município de Niterói, no exercício da função, atua nos limites da competência legalmente definida, mas visando e alcançando uma finalidade diversa daquela que estava prevista inicialmente, afastando-se do interesse público.

Sobre os casos em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

A João não agiu com abuso de poder, mas Maria o fez, na modalidade excesso de poder.

B Maria não agiu com abuso de poder, mas João o fez, na modalidade desvio de poder.

C Nenhum deles praticou abuso de poder, pois não exercem cargos típicos de agentes políticos.

D João e Maria agiram com abuso de poder: o analista mediante excesso de poder e, a auditora, mediante desvio de poder.

E João e Maria agiram com abuso de poder: o analista mediante desvio de finalidade e, a Auditora, mediante excesso de poder.

(FGV 2024/FISCAL DE POSTURAS) O abuso de poder está relacionado a uma conduta do agente público contaminada por ilegalidades, que podem se manifestar de diferentes formas. Dessa forma, relacione as manifestações de abuso de poder, à esquerda, com suas respectivas características, à direita.

1. Excesso de poder 2. Desvio de poder 3. Omissão

() O agente público atua dentro dos limites da sua competência, mas o ato não atende o interesse público, ferindo os objetivos pretendidos pela norma legal.

() O agente público atua sem competência, seja por sua total ausência, seja por extrapolar os limites da competência que lhe foi legalmente atribuída.

() O agente deixa de cumprir suas funções e responsabilidades sem justificativa plausível.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

Alternativas

A 1 – 2 – 3.

B 1 – 3 – 2.

C 2 – 1 – 3.

D 2 – 3 – 1.

E 3 – 2 – 1.

Julgue o seguinte item, a respeito do ato administrativo.

(CESPE 2024/ANALISTA DE PROCURADORIA) Fica caracterizado o excesso de poder quando uma autoridade pública exera ato administrativo com o intuito de prejudicar ou beneficiar determinada pessoa.

Considerando os poderes e os princípios da administração pública e a organização administrativa, julgue o próximo item.

(CESPE 2024/CNJ/ANALISTA JUDICIÁRIO) Se um prefeito desapropriar imóvel privado a fim de atingir um desafeto político seu, ficará caracterizado desvio de finalidade, ainda que a referida autoridade seja competente para o ato e este seja, em tese, cabível.